

**Síntese de Audiência**

**Dia:** 14 de janeiro de 2014

**ENTIDADE:** STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

**ASSUNTO:** *Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª (GOV) – Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas*

**Recebida pelo Grupo de Trabalho:**

- Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), Coordenadora;
- Senhora Deputada Isabel Santos (PS);
- Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD);
- Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP);
- Senhor Deputado David Costa (PCP).

**Síntese dos Temas Abordados:**

A audiência enquadrou-se no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª \(GOV\)](#), que *Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas*.

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), coordenadora do Grupo de Trabalho, iniciou aos trabalhos, dando as boas-vindas ao STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e agradecendo a sua presença na Assembleia da República.

A Senhora Deputada apresentou os Senhores Deputados presentes, dando conta da deliberação da Comissão quanto à constituição de um Grupo de Trabalho para apreciação da iniciativa na especialidade, em matéria de concessão de audiências e discussão e votação indiciária, na especialidade. De seguida, apresentou a metodologia de condução dos trabalhos, após o que passou de imediato a palavra à CT, para uma intervenção inicial.

O STAL sublinhou diversos aspetos do parecer, previamente remetido em sede da apreciação pública da proposta de lei, sobre diversas questões referentes ao diploma, sublinhando o seu enquadramento defeituoso e a limitação dos direitos dos trabalhadores. Nestes termos, sublinhou em particular o que considera constituir-se como uma ingerência na autonomia do poder local, nomeadamente em matéria de ACEP, os obstáculos à implementação dos regimes de requalificação, de duração do trabalho e de mobilidade, bem como à concretização do direito à negociação, opondo-se à negociação individualizada. Recordaram o parecer emitido pela ANMP sobre a proposta de lei, manifestando-se contra diversas normas dela constantes.

Em sede de debate, os Senhores Deputados Isabel Santos (PS), Conceição Bessa Ruão (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP) e David Costa (PCP) usaram da palavra para agradecer os contributos prestados pelo STAL e tecer comentários.

O STAL interveio novamente, reiterando a consideração sobre o corte de direitos dos trabalhadores e defendendo que o papel da Assembleia da República deve ser valorizado em sede de processo legislativo. Recordaram, adicionalmente, o teor do Acórdão 794/2013, e a consideração de que os ACEP prevalecem sobre a legislação, o que poderia vir a colocar problemas futuros.

A Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho tomou boa nota e agradeceu as informações prestadas pela CT, que seriam, naturalmente, objeto de ponderação por parte dos Grupos Parlamentares.

De seguida, deu conta da tramitação subsequente da Proposta de Lei e agradeceu a presença do STAL, após o que encerrou a audiência.

Diversas informações sobre a [audiência](#), nomeadamente a sua gravação, podem ser encontradas na página internet da Comissão.

Palácio de São Bento, em 14 de janeiro de 2014

**A Coordenadora do Grupo de Trabalho  
Catarina Marcelino**